

O primeiro Presidente da República foi o candidato do Bloco

No ano em que Georges Braque pinta o quadro cubista "O Português", em 1911, Manuel de Arriaga é eleito Presidente. É o primeiro da República portuguesa, tem 71 anos e será obrigado a resignar ao cargo antes de completar os quatro anos do mandato, quando o considerarem "fora da lei". Nunca mais esquecerá do dia em que deixou Belém escoltado por guardas da GNR. Vinte e dois meses depois, morrerá em Lisboa, amargurado.



A chamada, levantam-se, respondem "presente", sobem a escada da esquerda, entregam o voto ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, vêem lançá-lo na urna e retomam o seu lugar, descendo pelo lado direito. Duzentos e dezassete deputados cumprem o ritual decidido na sessão da véspera. Os dois candidatos saem da sala, Manuel de Arriaga dirige-se à sala dos Passos Perdidos e Bernardino Machado ao corredor contrário. Um deles será

eleito Presidente da República de Portugal, o primeiro após o derrube da monarquia.

Pouco passa das duas da tarde de 24 de agosto de 1911, quando o presidente da Assembleia dá por encerrada a votação. Anselmo Braamcamp Freire começa a retirar da urna as listas, como no caso chamavam ao voto, e os escrutinadores - António Pereira Vitorino e Domingos Leite Pereira - iniciam a contagem em voz alta. Durante 20 minutos, não se consegue perceber quem irá ganhar: "A votação parece oscilar com ligeiras variantes entre ambos os candidatos", relata A Capital dessa noite.

"Mas na altura da quadragésima lista, o candidato do Bloco ultrapassa o seu adversário e até à nonagésima conserva sobre ele uma média de 15 votos de maioria. Depois a votação do sr. Manuel de Arriaga sobe constantemente até final, em que atinge 121 votos, ao passo que a do sr. Bernardino Machado não vai além dos 86", acrescenta o diário, na edição dessa quinta-feira.

São 217 os votos a contabilizar, já que faltam cinco deputados: o jornalista e escritor Magalhães Lima, o comandante Álvaro Nunes Ribeiro, o fundador da Carbonária Artur Augusto Duarte da Luz Almeida, o responsável pela propaganda republicana no Alentejo Francisco Manuel Pereira Coelho e o general Sebastião Dantas Baracho que, dias antes, renunciara ao lugar de deputado por ser antipresidencialista e não concordar com a "marcha da política" que "atraiçoa todas as tradições do partido republicano".

Até meio de agosto, havia um maior número de candidatos, ou melhor, de personalidades presidenciaíveis. Magalhães Lima, com 61 anos de idade, republicano ativista desde o tempo da monarquia, grão-mestre da maçonaria, estava entre os elegíveis pelo Congresso, junção de câmara de deputados e senado eleitos por sufrágio directo. Mas, afastado das congeminações por doença, desiste "para não prejudicar" a candidatura decidida pelo grupo de representantes da nação denominado Bloco e com o apoio de António José de Almeida, ministro do interior do governo provisório e figura bastante influente que o advogado Manuel de Arriaga livrou quando a monarquia o prendeu por delito de opinião..

Outro dos presidenciaíveis era Anselmo Braancamp Freire, de 62 anos, primeiro presidente da Câmara de Lisboa após a revolução de 5 de outubro de 1910 e presidente da Assembleia Constituinte. Entre os seus trunfos, encontra-se o facto de ter abdicado das honrarias monárquicas para "se enfileirar ao lado da democracia" e se tornar "um cidadão útil à pátria republicana", como diz A Capital. Mas recusou-se a ir a votos apesar da vontade de mais de oito dezenas dos seus correligionários que se andavam a reunir no centro republicado do largo de S. Carlos, em Lisboa, e que ficaram conhecidos por formarem o Bloco.

Os jornais A Capital e A Vanguarda já há um par de dias que davam por garantida a vitória de Manuel de Arriaga, uma segunda escolha dos

denominados "blocards" que ficaram sem candidato quando Braamcamp revelou não pretender a presidência por temer divisões no Partido Republicano, uma inevitabilidade, aliás. O Século e o Mundo, no entanto, apostavam em Bernardino Machado, de 60 anos, candidato apoiado pelo grupo de Afonso Costa, o ministro da Justiça e Cultos do governo provisório, e futuro líder do Partido Democrático, uma das forças políticas saída da zanga dos republicanos.

"O senhor Manuel de Arriaga obteve 121 votos; o senhor Bernardino Machado obteve 86; o senhor Duarte Leite, quatro; os senhores Magalhães Lima e Alves da Veiga, um voto cada. Entraram também na urna quatro listas brancas. Está pois eleito presidente da República portuguesa o cidadão Manuel de Arriaga. Viva a República!" — anuncia o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, em voz tranquila, antes da explosão de vivas e aplausos. De seguida, dirige-se aos Passos Perdidos para ir buscar o eleito para a leitura do compromisso, por outras palavras, para a tomada de posse.

À porta do Parlamento e nas ruas que ladeiam o edifício, a multidão comprime-se entre as grades e um grosso cordão policial, desconhecendo ainda o resultado. Desde as 13h que, no largo e avenida das Cortes (toponímia monárquica ainda em vigor), se encontra o regimento de infantaria 2 e a banda toca um "alegre passe calle", enquanto o regimento de lanceiros estaciona no largo de São Bento, junto ao mercado, aguardando a saída do Presidente para o escoltar até ao Palácio de Belém. Lá dentro, as palmas não param entre os deputados e os homens nas galerias, onde as mulheres convidadas para assistirem à sessão acenam lenços, "dando-nos a impressão de pombas brancas que esvoaçam no espaço", escreve o jornalista de A Vanguarda comovido e com lágrimas nos olhos.

Ganha o mais velho dos candidatos, o "venerando patriarca da República", como é referido nos jornais, vence o homem de 71 anos que uma hora antes apertara a mão, sorridente, a um adversário afável mas extremamente nervoso que fora ter com ele à "carteira" de deputado. "Esta saudação do sr. dr. Bernardino Machado ao venerando democrata, não passou despercebida às galerias e tanto assim que um leve rumor se fez sentir, razão porque o cravo vermelho que garridamente ostentava na negra e irrepreensível sobrecasaca do ministro, se tornou mais rubro ainda, talvez de pudor ao ver-se alvo dos olhares da multidão", conta A Vanguarda, no dia seguinte.

São 15h50. Manuel de Arriaga sobe ao estrado da Presidência, ao som de fortes aclamações. Comovido, lê em voz alta o artigo 430.º da Constituição: "Afirmo solenemente, pela minha honra, manter e cumprir com lealdade e fidelidade a Constituição da República, observar as leis, promover o bem geral da Nação, sustentar e defender a Integridade e a Independência da Pátria Portuguesa". Se fosse nestes anos do século

XXI, diria: "Juro por minha honra desempenhar fielmente as funções em que fico investido e defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa".

O deputado Jorge Vasconcelos Nunes, grande proprietário que há de ser ministro da Agricultura, empunha a bandeira nacional vermelha e verde e fá-la agitar-se sobre a cabeça do primeiro Presidente da República, símbolo de uma nova era. Os aplausos reiniciam-se para cessarem de todo. O novo chefe de Estado quer falar, há que ouvi-lo, apesar de no dia 9 de agosto 50 deputados terem votado contra a existência de um Presidente (para muitos bastaria o do Congresso), a satisfação é geral. O silêncio impera mal se houve a exclamação "Meus Senhores!" O discurso é curto, a tónica é a liberdade e o compromisso democrático, republicano.

Passam apenas cinco minutos, desde o momento em que Manuel de Arriaga sobe ao estrado até ser dada por terminada a sessão. Um quarto de hora depois um funcionário aparece na varanda do Parlamento acenando a bandeira nacional e "o povo estoira". Durante alguns minutos, canta-se a Portuguesa, a canção composta em 1890 por Alfredo Keil, com letra de Henrique Lopes de Mendonça, transformada em hino pelos republicanos. "Rebentam os foguetes, vivas ensurdecadores e palmas. As árvores vergam ao peso da rapaziada e à estátua do José Estevão agarram-se cachos humanos", relata o Diário de Notícias.

"O entusiasmo decrescia um pouco. Mas à janela onde há pouco adejava a bandeira, vê-se agora a cabeça branca do sr. dr. Manuel de Arriaga que é saudado com muitas salvas de palmas, vivas, etc. A infantaria apresenta armas. É a verdadeira apoteose! Os deputados saem do Parlamento e a multidão, que enche já todo o largo, saúda os que lhe são mais queridos. Os srs. drs. Teófilo Braga e Afonso Costa são aclamados, o sr. ministro da Guerra ouve calorosos vivas ao exército. mas quando o entusiasmo chega ao cúmulo. é quando o sr. Presidente da República, acompanhado pelo sr. Braamcamp Freire, aparece no átrio. De todos os lados, delirantemente, a multidão não cessa de aclamar o sr. dr. Arriaga. Um popular sobe ao estribo do automóvel e abraça e cobre de beijos a veneranda cabeça do chefe do governo que sorri, agita as mãos, cumprimenta com o chapéu, enternecido e enlevado com a grande manifestação popular de que está sendo alvo", conta o Diário de Notícias de 25 de agosto.

Pelas 17h, Manuel Arriaga chega ao Palácio de Belém, onde desde João V residiu a família real e o presidente do governo provisório Teófilo Braga tem procedido a alguns atos oficiais. Nos 60 minutos seguintes, pedirá ao 'primeiro-ministro' e aos restantes membros do executivo que permaneçam em funções até à formação do "novo Ministério" e dir-lhes-á que tem prestado à República serviços de tal ordem que não mais serão esquecidos; presidirá à primeira reunião de Conselho de Ministros, um breve encontro para tratar da gerência das pastas até à tomada de posse

do novo executivo; receberá cumprimentos das entidades civis e militares nacionais e dos ministros da América e da Nicarágua, dos encarregados de negócios do México e da Guatemala e dos cônsules do Chile e do Equador. E saberá que, finalmente, a França reconhece a República Portuguesa, alinhando com todos os outros países europeus.

Pelas 18h, num automóvel do Estado escoltado por uma força de lanceiros, regressa à rua da Santíssima Trindade, em Santos-o-Velho. É a sua casa particular que Raul Brandão, nas suas Memórias, define como "um salão burguês com quadros de Silva Porto e Ramalho". O escritor visitara-o na véspera da eleição e a dada altura perguntara-lhe se a revolução o surpreendera. "Muito. Foi cedo demais! foi cedo demais, verá!..." respondera-lhe o homem que gostava de praia e chorava quando recebia cartas dos netos - "O velho, que mantém certa aparência de vigor, com a cabeleira branca, a pera branca, a sobrecasaca antiquada, é uma figura arrancada a um quadro romântico. Tudo mudou, a sociedade, que é egoísta, os homens, que são ferozes - só ele se conserva inalterável e ingénuo".

Manuel Arriaga vai na companhia do filho Roque, que acabara de nomear secretário particular. Só alguns meses depois escolheria o outro ajudante a que tinha direito - um secretário-geral e um particular era todo o 'staff' permitido à Presidência. Quanto ao vencimento, é de 12 contos, o mesmo que o primeiro prémio da lotaria nacional, mais seis para despesas de representação. Daí pagará o aluguer do palácio do "Manteigueiro" (hoje ministério da Economia), que arrendará na rua da Horta Seca, para sua residência particular e comprará um automóvel para as deslocações oficiais. O comissário de Moçambique, os ministros e os generais ganham mais do que o Chefe do Estado. Este não beneficia, portanto, de uma propriedade da Nação para estabelecer residência nem tão pouco a sua família tem direito a participar em actos públicos.

Com o valor que auferia por mês, o novo presidente pode comprar para cada um dos eleitos ao congresso uma dentadura de ouro, por 80 mil réis cada, ou duas passagens de navio com destino ao Brasil, onde já se encontravam inúmeros emigrantes idosos ainda durante o regime anterior. Os monárquicos acham que é muito dinheiro e a imprensa do reino vizinho dá-lhes voz. O El Universo comenta o exagero do ordenado, porém, no dia seguinte o España Libre responde: "Recorda-te irmão. A família real espanhola recebe igual quantia todos os seis dias". O rei português também saía mais caro e tinha aquele "problema" de confundir os bens do Estado com os da Casa de Bragança, mas nunca o contrário.

Ao tomar posse, Manuel de Arriaga "representa a Nação nas relações gerais do Estado, tanto internas como extremas", deve "promover o bem geral da Nação, sustentar e defender a integridade e a independência da Pátria". Pode "nomear e demitir ministros, convocar o Congresso

extraordinariamente, promulgar e fazer publicar leis, nomear, suspender e demitir os funcionários, declarar o estado de sitio, negociar tratados, indultar e colmatar penas". E ainda "prover a tudo quanto for concerne à segurança e interna do Estado". Só que no artigo seguinte, o 48.º, prevê-se que tudo isto é "exercido através dos ministros"; e no 49.º afirma-se que "todos os actos do Presidente deverão ser referenciados pelo menos pelo ministro competente". A nova Constituição atribuí-lhe numerosos poderes, mas sonega-os, artigo atrás de artigo. E nega-lhe a reeleição. A destituição pode acontecer a qualquer momento desde que seja decidida por dois terços do Congresso.

O advogado, poeta, escritor e professor jurou fidelidade à Constituição, muito embora tivesse defendido um mês antes na Assembleia que o Presidente deveria ter o poder de dissolver as Câmaras em "circunstâncias excepcionais". Manuel de Arriaga admira o regime presidencialista norte-americano, porém, quando o defende, acrescenta sempre que aquele modelo não se poderia aplicar a Portugal por "razões particulares". E, para sustentar a sua convicção, acrescentava: "infelizmente, não vejo onde escolher um cidadão com virtudes tão preclaras que lhe entregássemos a chefadura suprema da Pátria".

Nesta altura, pese embora as divergências entre os adeptos do novo regime, num ponto todos estão de acordo, ainda não chegara o tempo do sufrágio universal, propagandeado pelo Partido Republicano. Todos receiam que o voto rural vença o cidadão e que os caciques da província criem problemas ao regime resultante de uma revolução lisboeta, apesar de só terem direito de voto os cidadãos do sexo masculino, de maior idade, que saibam ler e escrever (um lapso do legislador dará azo, por uma única vez, ao voto feminino). A esmagadora maioria do mundo rural encontra-se interdita de ir às urnas. No final de 1911, a população portuguesa chegará aos seis milhões. Cerca de 80 por cento trabalha na agricultura e 75,1 por cento (81,2 por cento do sexo feminino) é analfabeta.

O 25.º NETO DE UM DUQUE DE FRANÇA

O primeiro Presidente da República é o 25.º neto de um duque francês. Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue nasceu no dia 8 de Julho de 1840, na cidade da Horta, na ilha do Faial, fruto do casamento de Sebastião de Arriaga e de Maria Antónia Pardal Ramos de Arriaga Caldeira, ambos descendentes de famílias nobres açorianas. A sua avó Maria da Piedade Cabral da Cunha Godolphim de La Rocca descendia duas vezes do rei de Leão Ramiro II, foi a 15.ª neta do rei D. Afonso III, a nona neta de dom Fernando de Castela e a 28.ª neta de Hugo Capeto, duque de França, Conde de Paris e de Orleans.

Foi na Universidade de Coimbra, onde resolvera "formar-se em leis", que se tomou republicano. Seu pai, monárquico convicto, morrerá sem lhe perdoar o comportamento atribuído a más companhias. Um dos seus

cinco irmãos dará igual desgosto ao progenitor. Mais novo do que Manuel oito anos, José é um feroz adversário da subordinação de Portugal aos ingleses, acreditava que a linha liberal de 1820 deveria conduzir, forçosamente, à implantação da República, até morrer, em 1921, dedicou-se à historiografia deixando um importante contributo para a compreensão do século XIX em Portugal e, em particular, para a revolução de 5 de Outubro de 1910.

Mas Manuel de Arriaga foi o primeiro a sofrer a ira do pai. Ainda é estudante universitário quando este o deserda. Para conseguir sobreviver e custear os estudos (os seus e os do irmão José também a estudar em Coimbra) começa a dar aulas de inglês no liceu e assim fará até terminar o curso e ir para Lisboa, onde será professor até a sua profissão de advogado lhe permitir uma confortável subsistência. Entretanto, casa com Lucrécia de Brito Benedito Furtado de Melo, neta do comandante da polícia do Porto, um partidário das forças liberais à data da revolução de 1820. Terá seis filhos, quatro raparigas e dois rapazes.

No ano de 1866, com 26 anos, foi recusado no concurso para leitor da décima cadeira da Escola Politécnica e da cadeira de História do Curso Superior de Letras. Não pode, como queria, deixar de dar aulas no Liceu de Lisboa. A experiência, porém, toma-se valiosa e, dez anos mais tarde, integrará a Comissão para a Reforma da Instrução Secundária. Em 1871, participou nas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, juntamente com Antero de Quental, Teófilo Braga, Eça de Queirós, José Fontana e Oliveira Martins. As reuniões, iniciadas a 22 de maio, são proibidas dois meses depois pelo governo do duque de Loulé, dado sustentarem doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições políticas do Estado. Era público que os encontros tinham nascido com o intuito de preparar a opinião pública para o debate de temas filosóficos, literários, políticos, sociais e científicos então em voga na Europa e, simultaneamente, planejar um novo rumo para os destinos de Portugal.

A ideia de destronar a monarquia ganha cada vez mais adeptos, mas os militantes não se entendem e provocam divisões no Centro Democrático Republicano. Manuel de Arriaga é responsável, juntamente com Teófilo Braga, Carrilho Videira e Teixeira Bastos, entre outros, pela criação a 2 de Janeiro de 1879 do Centro Republicano Federal, cujo objectivo é tomar o movimento mais popular e assumidamente antimonárquico. Dois dias depois, Oliveira Martins funda o Centro Republicano de Lisboa e a rede orgânica dos republicanos passa a ter três núcleos: os "federalistas", os "progressistas" e os "regeneradores". As divergências não deixam de ser notícia, os centros republicanos proliferam, a alguns militantes apenas une a vontade de substituir o rei por um presidente.

Manuel de Arriaga, com o seu feitio conciliador, é um dos intelectuais que procura unir a oposição à monarquia num só partido com uma

direcção nacional e, em 1882, já deputado, escreve o Projecto de Organização Definitiva do Partido Republicano, que seria a primeira sistematização do ideário que defende. No ano anterior, tinha sido dado um passo nesse sentido com a criação da Liga Económica do Partido Republicano, uma espécie de caixa mutualista destinada a custear as despesas eleitorais e a socorrer os militantes atingidos pela repressão monárquica. A criação da Liga foi impulsionada pelo jornal O Século, publicado pela primeira vez no dia 4 de Janeiro de 1881.

Ao longo destes anos, Manuel de Arriaga vai também ganhando terreno como causídico, conquistando o respeito da sociedade pela sua "honestidade e saber", defendendo inúmeras causas. Em 1890, defende em tribunal, embora não conseguindo evitar a condenação, de António José de Almeida, na altura estudante de medicina, preso por ter ofendido o rei no artigo publicado pelo semanário O Ultimatum, no dia 14 de Janeiro, intitulado "Bragança, o último", no qual criticava dom Carlos, sarcasticamente.

Manuel de Arriaga fez também parte do directório do Partido Republicano, ao lado de Jacinto Nunes, Azevedo e Silva, Bernardino Pinheiro, Teófilo Braga e Francisco Homem Cristo, quando se deu a revolta de 31 de Janeiro de 1891, a primeira lenitiva de implantação da República. Ação desordenada, tentada pelos militares, acabaria por ser dominada pela Guarda Municipal. Apesar do fracasso, teve importantes reflexos no desenrolar do processo revolucionário. Com os vigorosos discursos políticos que pronunciou na Câmara de Deputados e em clubes republicanos, contribuiu decididamente para o advento da República. Nos últimos anos da monarquia, porém, acaba por ter um papel menos visível. O movimento republicano entendera que a monarquia não poderia ser substituída de uma forma pacífica. Os doutrinários deram lugar aos homens de ação, encarregados de fazer a ligação à Maçonaria e à Carbonária. Antonio José de Almeida e Cândido dos Reis são os representantes do directório do partido na "comissão de resistência" nomeada pela Maçonaria para efectivar uma colaboração mais activa com a Carbonária, o seu "braço armado".

Após o 5 de Outubro, foi chamado pelo governo provisório para serenar os ânimos dos estudantes e toma posse no dia 17 como reitor da Universidade de Coimbra. Antes de ser eleito Presidente, ocupará ainda o cargo de Procurador-Geral da República. Até 27 de Maio de 1915, estará no poder "um intelectual avançado na idade, histórico do tempo do 'ultimatum', ferreamente individualista, longe dos partidos e da sua disciplina, que se atribuía a si próprio a missão de defender enquanto Presidente da República um projecto ideal de regime, que passava pela conciliação e harmonia da 'família portuguesa' e apontava para a 'Regeneração' da Pátria, palavra-chave ao longo de todo o século XIX Bastaria isso para originar conflitos com o sistema partidário existente. Mas os problemas foram mais vastos. Durante o seu mandato, como se lê

em "A República e os seus Presidentes", coordenado e organizado por João Mário Mascarenhas e António José Telo, "vamos encontrar as piores condições possíveis para provocar uma crise, tanto em termos da sua personalidade política, como do sistema de partidos e da conjuntura externa".

No dia 26 de Maio de 1915, o Presidente Manuel de Arriaga foi convencido a resignar. Se não aceitasse seria obrigado a deixar o Palácio de Belém à força. A mensagem de resignação será lida e aprovada pelo Parlamento no dia 29, momentos antes de se proceder à eleição de Teófilo Braga para Presidente da República. Pelas 20h, deixará o Palácio de Belém acompanhado pela mulher e pelo secretário particular Corte Real; no carro leva uma mala de viagem. Atrás do seu automóvel, segue o filho Roque e a mulher. O ex-Presidente dirigiu-se à rua dos Remédios, à Lapa, sem os calorosos vivas do passado. Ali se instalaria, na casa da filha Maria Amélia, casada com o oftalmologista, escritor e arqueólogo Luis Xavier da Costa, até ficar pronta a sua nova residência, na rua de S. Francisco de Paula, n.º 30.

"Começaremos por confessar que nunca fomos políticos de profissão. A política como ela se pratica em Portugal, deturpando a pureza do sufrágio, foi sempre aos nossos olhos uma das causas primaciais da degradação dos costumes e da decadência do país", escreveu o açoriano Manuel de Arriaga, no seu livro "Na Presidência da República Portuguesa", editado em 1916. Menos de um ano depois, em 5 de março de 1917, morre, amargurado, na cidade onde residiu 51 dos seus quase 77 anos de vida.